

Cada um no seu “quadrado”: entre o simbólico, o político, o psicológico

Each in their own “square”: between the symbolic, the political, the psychological

Mariza Vieira da Silva¹
Labeurb/Unicamp

Fabiola Gomide Baquero Carvalho²
Secretaria de Estado e Educação do DF

♦**RESUMO:** Neste artigo, analisando o trabalho de Ana, que se articula entre o simbólico, o político e o psicológico, e tomando o corpo artístico, em sua materialidade discursiva como corpus, buscamos compreender os processos de subjetivação em relação a processos de significação de um sujeito singular e, ao mesmo tempo, de um sujeito histórico, reunindo questões que concernem à classe social, ao racismo e ao sexismo, em um país colonizado, marcado, em sua formação social capitalista periférica, pela escravização de índios e negros, a serem pensadas no processo histórico de escolarização brasileiro, em que se articulam Educação, Ciência e Sociedade.

♦**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão, superdotação, discurso artístico, história, subjetivação

♦**ABSTRACT:** In this article, analyzing the Ana’s work that unfolds between the symbolic, the political, and the psychological, and taking the artistic body, in its discursive materiality as the corpus, we seek to understand the processes of subjectivation in relation to the processes of signification of a singular subject and, at the same time, a historical subject, bringing together issues related to social class, racism, and sexism in a colonized country which is marked, in its peripheral capitalist social formation, by the enslavement of indigenous people and blacks, to be considered in the historical process of Brazilian education, where Education, Science, and Society are articulated.

♦**KEYWORDS:** Inclusion, giftedness, artistic discourse, history, subjectivation

¹ Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutorado na École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines de Lyon/França. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Criatividade da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: marizavs@uol.com.br

² Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília; doutoranda do Programa de Equidade e Inovação em Educação da Universidade de Cantábria da Espanha. Psicóloga da Secretaria de Estado e Educação do DF – SEEDF. Fbg911@alumnos.unican.es



Tomamos, aqui, o corpo como discurso – “efeitos de sentido entre locutores” (PÊCHEUX, [1969] /1990a). Orlandi (1996) afirma que “o discurso não é fechado em si mesmo nem é do domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em que relação a outros discursos” (p. 22). Trata-se de um lugar das manifestações ideológicas, em que a linguagem é o lugar de conflito e cuja análise não pode ser desvinculada das condições sociais e históricas de um dado momento, bem como de uma conjuntura mais ampla; ou seja, de suas condições de produção, em que seu produto se torna um sítio de significância, que se oferece a gestos de interpretação. Nesse sentido o discurso artístico é compreendido como um esforço de análise do dizer que se inscreve no campo da arte, marcado por um lugar de dizer na história, na ideologia e afetado também pelos aspectos sociais (NECKEL, 2010).

Trabalhando a materialidade da pintura em sua historicidade, pudemos observar um jogo significativo, em sua opacidade e incompletude, entre a visibilidade e a invisibilidade do sujeito em uma temporalidade e espacialização urbanas próprias de uma formação capitalista periférica estruturada pela colonização e pela escravização em que a escolarização de toda a população em termos de acesso e de permanência na escola ainda não se universalizou.

As pinturas e textos que apresentamos inicialmente foram produzidos por uma jovem negra, que chamaremos de Ana, habitante de uma cidade da periferia de Brasília e diagnosticada como superdotada/ ou de altas habilidades, acompanhada por nós durante três anos, dos 15 aos 18, como participante de um Programa da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. Trata-se de um Programa que visa uma inserção, mesmo que parcial, de alunos/as da rede pública de ensino, em sua maioria considerados carentes, e que apresentam comportamentos superiores ao padrão, conforme leis federais e estaduais/distritais, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação. Nesse Programa, desenvolvemos diversas atividades artísticas de livre expressão e atividades direcionadas. Ana decidiu-se

pela pintura, escolhendo o tema, a técnica e o material. As produções foram realizadas na escola, local do Programa, em um período de três horas. Ela produziu individualmente as figuras e, quando solicitada, escrevia um texto sobre determinada pintura, como os que transcrevemos junto às pinturas.

Neste artigo, como parte de um projeto mais amplo em que estamos trabalhando a superdotação/altas habilidades como objeto discursivo, buscamos compreender os processos de subjetivação em relação a processos de significação, como movimentos na/da história de um sujeito singular e, ao mesmo tempo, de um sujeito histórico. Ana, em seu trabalho, reúne questões que concernem à classe social, ao racismo e ao sexismo a serem tratadas quando analisamos o processo histórico de escolarização brasileiro, em que se articulam Educação, Ciência e Sociedade. Não se trata de um sujeito empírico, origem e fonte de seu dizer, mas de um indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia, um indivíduo afetado pelo simbólico na história: uma forma-sujeito histórico que se individualiza em relação ao Estado, à Ciência. Assim, tendo como referencial teórico e metodológico de leitura de arquivos a Análise de Discurso (AD), fundada por Michel Pêcheux na França, fizemos um recorte de análise em quatro pinturas, denominadas por Ana como de “autorretratos” e textos também por ela escritos sobre determinada criação, em que se articulam linguagem não-verbal e verbal. Na constituição do corpus, trouxemos também arquivos que colocam em discussão a própria noção de superdotação/altas habilidades ao se observar os processos de individualização do sujeito urbano escolarizado brasileiro. Isso nos permitiu colocar como questão norteadora inicial: Como o dizer artístico, um discurso, possibilita a subjetividade que aí se formula, construir uma identidade, na história, em seus movimentos e divisões, na relação entre o simbólico, o político, o psicológico?

Cada um no seu quadrado

No território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro. Em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômica, histórica etc. O corpo social e o corpo urbano formam um só. (ORLANDI, 2004, p. 11)

Ana é moradora da periferia de Brasília, de uma inicialmente chamada Cidade Satélite: o Paranoá, que surgiu quando da implantação dos canteiros de obras para a construção da Barragem do Lago Paranoá, para abrigar os operários da obra. Em 1957, era chamada de Vila Paranoá. A história do Paranoá revela um pouco os diferentes modos que cada Cidade Satélite se formou nessa relação entre o rural e o urbano e a especulação imobiliária e, conseqüentemente, no estabelecimento de laços comunitários, sociais e de pertencimento, que se formaram tendo em vista uma memória envolvendo tradições culturais das diferentes regiões do Brasil. Em 1989, o Paranoá foi transformado em uma região administrativa autônoma - RA VII.

Segundo Tamanini (2003) a população que construiu a barragem do Paranoá foi levada para o Gama (outra Cidade Satélite), pois, inicialmente, esse espaço geográfico deveria ser parte apenas do Plano Piloto. Esse deslocamento tinha o objetivo de inibir a ocupação urbana e estabelecer um limite visível entre a população periférica e a de Brasília. Pensava-se também em estimular ali apenas uma expansão rural, em função da sensibilidade ambiental do seu território. Mas, mesmo com iniciativas de controle do espaço urbano, a população resistiu e as invasões se mantiveram, daí resultando uma cidade que se formou de forma não planejada e caracterizada como uma das regiões com

os menores contingentes populacionais embora tenha uma área territorial extensa. E com uma vista privilegiada do Plano Piloto, tendo apenas uma via separando-a das mansões do Lago Sul, área mais nobre de Brasília.

Steigberger (1998) afirma que o planejamento urbano de Brasília facilitou a segregação social, que foi se consolidando ao longo dos anos. Os migrantes vindos para a construção da capital e também aqueles chegados imediatamente após a edificação da cidade foram prontamente classificados como “invasores”, e quando passavam a habitar as áreas mais próximas à Brasília eram removidos e realocados para locais mais distantes, “fora do quadrado”, uma metáfora sempre presente para a população do DF.

Como compreender essa metáfora do “quadrado” ainda tão presente, tendo em vista os processos discursivos – “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, [1975] /1988, p. 161) – aí presentes? Orlandi (2020) nos desafia, enquanto analistas do discurso, a interrogar a interpretação e trazer a questão da metáfora para as Ciências Humanas e Sociais, compreendendo a metáfora não só no sentido figurativo ou do sentido comum.

Interrogamos a interpretação e deslocamos o sentido da metaforização, o que a torna fundamental para o escopo da cientificidade. A questão da metáfora está implicada na questão da interpretação e no que torna possível a análise. Esta é a conquista e o desafio nas Ciências Humanas: trabalhar com a metáfora não como figura, mas como transferência, e alcançar um lugar que, além da abstração, é conceitual (ORLANDI, 2020, p. 33).

Recorremos, inicialmente, a essa metáfora – “quadrado” - para nos referirmos à disposição política e geográfica do Distrito Federal – quase sempre sinônima de Brasília, como uma figura geométrica, que se assemelha a um quadrado no centro do país, no Planalto Central, sabendo, contudo, que devemos avançar na compreensão dessa transferência de que fala Orlandi. Sua arquitetura tem como ícone a figura de um avião para representar o Plano Piloto/Brasília, a partir do sinal da cruz, pensado/tratado como o centro desse quadrado maior que é o Distrito Federal, avançando, assim, no dito “estar ou não” dentro do quadrado e/ou também de “estar cada um no seu quadrado”.

A cidade foi concebida e organizada de uma perspectiva funcionalista – utilitária, tecnocrática -, considerados os usos do espaço-tempo pelas pessoas – prédios públicos referentes aos poderes do Estado brasileiro e do Distrito Federal, hospitais, hotéis, bancos, residências etc -, construindo um imaginário de transparência e, ao mesmo tempo, projetando um plano urbanístico que categoriza, classifica, divide, disciplinariza (FOUCAULT, [1975] /1984) atividades e pessoas. Cada um no seu quadrado. Podemos observar nessa forma de gestão urbana a busca pelo controle, pela eficiência, pela produtividade próprias de uma formação discursiva capitalista neoliberal, trabalhando o discurso jurídico: quem tem ou não tem direito à cidade em termos de relação de forças de demandas conflitantes, contraditórias de uma sociedade de classes.

Mas, a vida, a cidade, as pessoas não são geométricas, as relações não se dão dentro de quadrados pré-estabelecidos, o pertencimento não acontece em linhas retas. Existem as curvas, paradoxalmente tão marcantes na arquitetura de Oscar Niemeyer, rompendo limites, fronteiras de várias dimensões, trazendo um novo funcionamento do urbano em que não se eliminam as diferenças de uma sociedade de classes, mas em que a segregação se dá de outros modos. Surgem uma multiplicidade de práticas que se fazem resistência, que provocam uma movimentação da memória que “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos

de regularização ...” (PÊCHEUX, [1999] /1999, p. 56). A metáfora se movimenta em meios aos espaços em que se materializam as diferenças e novos processos de individuação, de identificação se constroem. Em matéria da BBC News Brasil, Sylvia Ficher, historiadora da arquitetura de Brasília, mostra-nos esse movimento ao afirmar que: “A metrópole Brasília hoje não está mais no Plano Piloto desenhado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, está em Taguatinga ou Ceilândia. O Plano hoje é um bairro da metrópole, na minha interpretação. Numa lógica europeia, seria um dos centros históricos da cidade, ou o bairro central” (BBC, 2020).

Nesse espaço geográfico, político, social, simbólico, vive nossa Ana, que está fora e dentro do “quadrado”, como moradora do Paranoá e como aluna de um sistema educacional também funcionalista: o ensino público do DF se organizou em uma rede central que fica no Plano Piloto/Brasília e as Regionais de Ensino nas cidades Satélites, criando e fortalecendo um imaginário social de exclusão, de desigualdades e diferenças. Nesse jogo significativo da metáfora, a sala de recursos de Altas Habilidades ou Superdotação (AH/SD) frequentada por Ana, no Paranoá, foi uma das últimas a ser criada no DF, em 2016, depois de 40 anos de implementação da primeira sala.

Por outro lado, a resistência de seus moradores desde o início em permanecer geograficamente num local privilegiado por estar entre as duas regiões de Brasília com maior distribuição de renda do DF – Lago Sul e Lago Norte -, e de beleza natural exuberante, é feita de modo que as cisões, conflitos e contradições sociais e políticas, individuais e coletivas se intensifiquem de maneira bastante concreta e, porque não dizer, cruel. E Ana, ao construir e formular, artisticamente, um discurso identitário que é dela e de todas as Anas – jovens, mulheres, negras, pobres, “fora do quadrado” (seja ele qual for) -, faz trabalhar um imaginário construído em uma formação social capitalista periférica, forjado em uma memória de um país colonizado, machista, escravocrata, como reiteramos, e, ao mesmo tempo, de luta. Ela metaforiza a opressão de um passado mais ou menos distante inscrito no corpo.

Há, pois, uma historicidade em diferentes dimensões, camadas, a ser compreendida, considerando as formações discursivas, sempre heterogêneas, móveis: aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, [1975] /1988). Não há enunciado neutro e independente, uma vez que recebem seu sentido na/da formação discursiva na qual se produzem: [...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade.” (Ibid, p. 161 – grifos do autor).

Ana foi diagnosticada como superdotada/de altas habilidades por critérios científicos. Uma outra discursividade está aí funcionando como pista, vestígio para compreendermos os processos de subjetivação. Se a negritude, a localização de sua moradia, a deficiência de aprendizagem, conferem-lhe um valor negativo em nossa sociedade, temos, ao mesmo tempo, uma valoração positiva para Ana, referendada pela ciência: a de possuidora de habilidades acima da média, sendo, pois, objeto de políticas públicas específicas de educação, de inclusão. Esse paradoxo, aparente, levou-nos a um trabalho com o discurso científico (BAQUERO E IBÁÑEZ, 2022), visando a compreensão desse conceito de superdotação em sua relação com o político e o histórico, colocando em questão a neutralidade científica e seus efeitos de homogeneização e segregação. Trazemos, a seguir, de forma sucinta, alguns achados da análise e interpretação de um recorte produzido em um *corpus* mais amplo referente a artigos científicos nacionais e internacionais sobre os sentidos de superdotação em mulheres/jovens negras. Buscamos, assim, trabalhar a ética em ciência, pensando não só os resultados, mas os pressupostos ali presentes (ORLANDI, 1998). Estaremos diante de

outros/mesmos “quadrados” em se tratando de produção e circulação do conhecimento? Como o jogo significativo entre a invisibilidade e a visibilidade se manifesta conceitualmente?

Quando o mais é menos?

A revisão sistemática da bibliografia nos alertou para a complexidade e a opacidade da terminologia e dos conceitos, colocando em questão o que pensamos que sabemos quando estamos falando de jovens negras superdotadas. Trata-se, observamos, de conceito que “remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente (o veredito das cifras, as evidências das tabelas) e profundamente opaco” (PÊCHEUX, [1983] /1990b, p. 19-20).

Nesse sentido, os recortes e análises feitos nos ajudaram a entender como o discurso científico sustenta um imaginário de uma educação inclusiva, equitativa e igualitária para todos/todas os/as jovens nas escolas em diferentes contextos nacionais (e porque não, internacionais) uma vez diagnosticados como superdotados/as. Esse discurso classificatório de crianças, adolescentes e jovens no espaço escolar nos leva, muitas vezes, a situações paradoxais como dissemos em relação à Ana. Quando ela começou na sala de recursos de AH/SD, ela era egressa de um programa escolar chamado “Mais Educação”, financiado pelo Ministério da Educação, que tinha como objetivo melhorar a aprendizagem de crianças e adolescentes em língua portuguesa e matemática, por meio da ampliação da jornada escolar, o que significava que ela era uma aluna com “déficit” de aprendizagem. Ao ingressar nesse outro Programa da SEEDF, em que a conhecemos, sua presença resultava de ter sido diagnosticada como uma aluna com “superdotação ou altas habilidades”, passando de menos em termos de aprendizagem a mais como bem dotada em artes. Podemos considerá-las como categorias excludentes, complementares? Categorizo o sujeito como excluído em um ponto do processo de escolarização para incluí-lo em outro?

O processo de revisão sistemática de literatura foi realizado em três línguas distintas: português, inglês e espanhol, considerando o nosso interesse particular no caso do português e espanhol e, em se tratando do inglês, pelo fato das grandes bases internacionais estarem nessa língua. Além disso, observamos em outros trabalhos que a bibliografia de referência dos brasileiros estava sustentada por artigos americanos. Utilizamos cinco bases de dados. Para a investigação de palavras chaves em inglês utilizamos as bases de dados internacionais: *Scopus* (que é o maior banco de dados de resumos e citações da literatura com revisão por pares), *Web of Science* (base multidisciplinar que congrega artigos de conceituadas revistas científicas publicadas no mundo) e *Eric* (Base de dados bibliográfica internacional com resumos, na área de Educação); para investigação em português, utilizamos as bases de dados: CAPES (principal base de dados brasileira) e Dialnet (principal base de dados de revistas publicadas em espanhol/castelhano).

Nesse sentido, a primeira questão que se pôs para trabalhar com a opacidade da língua foi a tradução de termos e conceitos, indicando que eles também têm suas condições de produção a considerar. Não há também, pois, tradução literal nos domínios que nos interessava particularmente: os de sexismo, racismo e classe social em se tratando do discurso científico. A escolha de palavras-chave, que serviriam de entrada para as buscas, permitindo atravessar a transparência da linguagem e do sujeito, também se

mostrou complexa, problemática, ainda mais em se tratando de línguas diferentes, mas nos serviu de muita aprendizagem sobre nosso objeto discursivo. Fomos experimentando palavras sinônimas, palavras que se repetiam nos títulos, descobrindo outras formas de significar nos diferentes idiomas. Ao final concluímos, dentre outras coisas, que as palavras “menina” ou “mulher negra” não podiam ser entendidas em termos de ser negra e ser menina ou mulher, isoladamente, mas deveriam incluir relações, divisões, ambiguidades, que muitas vezes se reforçavam. Elas deveriam estar juntas na hora de fazer a busca.

Definimos também um recorte temporal para análise e selecionamos apenas artigos científicos revisados por pares e publicados até julho de 2020. Encontramos 11 artigos internacionais na língua inglesa que tratavam da temática. Um total pequeno, se considerarmos a vasta produção científica sobre a temática da educação de superdotados. Com a técnica denominada “bola de neve”, buscamos nas referências bibliográficas dos 11 artigos outras referências bibliográficas que tratavam da temática, mas que não foram identificados nas bases de dados. Encontramos outros 26 artigos referentes à temática que sinalizaram outros deslizamentos de sentidos. Somamos a estes, outros 5 artigos encontrados durante o processo de busca e que constituíram um banco de dados pessoal de revisão de literatura e formamos ao final um arquivo com 42 artigos internacionais que tratavam da temática. Não encontramos nenhum autor do Brasil e nenhum publicado no Brasil ou em português. Todos os artigos estavam escritos no idioma inglês. Esse silenciamento ou esquecimento tem um significado que fomos compreendendo. Vejamos, primeiramente, como a negritude aparece.

Nos artigos produzidos nos EUA, tomando os títulos e os resumos dos artigos como recortes de análise, descobrimos que eles costumavam representar a negritude por: “niger”, “black”, “not white”, “of color”, “colored”, “African American”. Embora não sejamos historiadoras, nem americanas, os artigos evidenciavam marcas da história da escravidão nos Estados Unidos, onde a segregação racial é percebida de maneira muito explícita como em expressões usadas de forma recorrente pelos autores: “universidades predominantemente brancas”, indicando uma divisão no espaço escolar americano mediada pela cor da pele de seus alunos. Embora, ao longo da história, as escolas segregadas tenham sido consideradas inconstitucionais, as marcas permanecem.

Na pesquisa em português, tivemos as mesmas dificuldades em definir palavras-chave para caracterizar a raça: “preto”, “negro”, “afrodescendentes”, “mulato”, “pardo”. Modesto (2021), ao construir um arquivo de análise sobre negritude no Brasil, investiga os modos pelos quais os processos de racialização dos sujeitos e dos discursos se materializam especialmente a partir de determinadas designações. Afirma que tanto a divisão racial quanto o imaginário de integração entre diferentes segmentos raciais marcam certos sentidos de brasilidade, como a de mestiçagem. Essa pesquisa realizada nos bancos de dados nos colocava, pois, diante dessa ambiguidade de construção de referentes discursivos em que se evidencia a relação linguagem-pensamento-mundo, que tanto reforçam o imaginário social quanto irrompem como acontecimento, abrindo brechas, em meio à repetição, para o deslocamento de sentidos e a emergência de novas formas de subjetivação, que percebemos nos autorretratos e textos produzidos por Ana.

Já na língua espanhola utilizamos as palavras: “negra”, “de color”, “de color negra” para realizar a busca nas bases de dados. Mas descobrimos que na Espanha, por exemplo, a caracterização da população é feita pela nacionalidade e não por raça. Os negros seriam caracterizados como estrangeiros, oriundos de outro país ou região. Kilomba (2019), também se refere a essa caracterização de estrangeira em sua pesquisa de doutorado na Alemanha.

Chamou nossa atenção, nessa pesquisa, a diversidade de palavras que existem para nomear os negros nos diferentes países e continentes, produzindo efeitos no assujeitamento, nos processos identitários. De modo sucinto, podemos dizer, com base em nossas observações e análises, que ela está ligada à definição de sua cor de pele (que pode ser ou permanecer: negra, preta, não branca ou parda); ou com base em sua ancestralidade (afro-americanos, origens étnicas diversas, estrangeiros); ou com base na condição social (pobre, indisciplina, marginalização, minoria, sub-representação). “O que um nome designa é construído simbolicamente. Esta construção se dá porque a linguagem funciona por estar exposta ao real enquanto constituído materialmente pela história” (GUIMARÃES, 2002, p. 91).

O discurso sobre o negro funciona em condições de produção específicas em que consideramos os interlocutores, a situação de enunciação, mas também o contexto histórico mais amplo, a memória em que se relacionam ditos, não ditos e já ditos - muitas vezes esquecidos e que voltam na forma de pré-construídos: “algo fala” sempre antes, em outro lugar e de forma independente em uma dada situação. O que significa que esses termos e noções, analisados em sua historicidade, nos ajudam a entender do que falamos quando falamos sobre as jovens negras ou o que estamos falando quando deixamos de dizer sobre elas. A memória é estruturada pelo esquecimento. Ao investigarmos sobre essas jovens negras superdotadas temos a ilusão de que estamos falando de todos os superdotados e de todas as jovens, esquecendo-nos das diferentes condições de produção material do conhecimento, que são marcadas por relações de força, pela ideologia.

A Ana de Brasília... as Anas do Brasil

Quando Ana fez a opção de trabalhar com pintura, perguntamos se ela tinha trabalhos anteriores. Ela nos trouxe duas pinturas. Do período em que esteve conosco, através de uma aula-pintura por semana, temos registradas em nossos arquivos 19 produções, sendo 4 pinturas de autorretratos, 2 cartazes para concurso de feiras de ciências, 1 retrato de uma amiga, 1 estilização de um tênis, 1 camiseta de unicórnio, 1 escultura em arame e jornal, 1 xilogravura, 1 escultura em argila, 1 pintura na “boca de lobo”, 1 filtro do sonhos, 1 aquarela de uma raposa, 1 pintura em giz aquarela, 1 pintura de um manequim e 1 pintura de 2 de olhos que ela demorou seis meses para realizá-lo. Fizemos um recorte nos 4 autorretratos e em 2 textos que ela escreveu sobre eles, atendendo a uma solicitação feita por nós, como recortes de análise apresentados na página inicial deste artigo.

Para Pêcheux ([1983] /1990b, p. 30), a primeira exigência ao se trabalhar com as materialidades discursivas consiste em dar o primado aos gestos de descrição. “Uma descrição, nesta perspectiva, não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual *descrever* se torna indiscernível de *interpretar*: essa concepção de descrição supõe ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua”. No nosso caso, o Real da arte.

O primeiro aspecto que nos chama a atenção nesses autorretratos, assim denominados pela autora, é o corpo nu, de lado ou de costa, sem mostrar o rosto; e, em seguida, o cabelo, em diferentes cores, predominando o preto, e ganhando uma dimensão em relação ao corpo. De acordo com Ferrari e Neckel (2015):

No que diz respeito a inscrição do corpo na arte, tomamos o dizer artístico enquanto processo capaz de tocar o campo do in-dizível e do in-suportável quando tomado pela relação com o inconsciente (aquilo que toca o real). Assim como, o dizer artístico em circulação que, em sua relação com a ideologia, se coloca no campo da luta, o artístico enquanto político como espaço próprio para dizer da dominação e da resistência, mas que também se produz na evidência, porém com uma singularidade, usando as ferramentas do dominador fortalece a própria resistência o dizer artístico pela contradição. (FERRARI; NECKEL, 2015, p. 220).

A figura 1 é uma pintura em aquarela onde o corpo nu de uma mulher de costas toma praticamente todo o espaço do papel; as curvas do corpo - costas, nádegas e pernas - são marcadas pelos contornos de um marrom claro e escuro (sombra); os braços estão encolhidos na frente, os cabelos negros e crespos ocupam a parte superior do papel; o azul e o verde colorem o fundo. Não é possível ver seu rosto. Tem como título “A alma” e o texto que o acompanha diz “Vestida por panos de medo, despiu a alma, para que nessa calma o amor pairasse sobre as águas...” (ANA, 2016).

O nu é um gênero artístico que consiste na representação em diversos meios artísticos - pintura, escultura, cinema e fotografia - do corpo humano desnudo. Nas palavras de Clark (1981) “O nu não é um tema de arte, se não uma forma de arte”. Isso significa que a pintura de Ana não é uma novidade, uma excepcionalidade artística, mas, aqui, traz uma autorrepresentação da nudez de uma jovem brasileira negra pobre, trazendo elementos para uma reflexão sobre questões sociais, políticas, estéticas, morais de nossa contemporaneidade. Neckel (2010, 2015, 2020) tem trabalhado com produções artísticas que tomam o corpo feminino em sua relação constitutiva de resistência e contradição. Segundo ela, as imagens de corpos femininos no funcionamento do Discurso Artístico, principalmente em produções contemporâneas, realizadas por mulheres, levamos a pensar na relação, sempre tensa, de dominação e resistência, e por extensão, nas políticas de silenciamento-censura construídas historicamente em nossa sociedade brasileira. Para ela, constituem uma resistência simbólica, uma forma de reconhecer-se em outros funcionamentos significantes, uma possibilidade de produzir furos no social.

Como compreender um pouco mais, mesmo de forma breve, movimentos e sentidos contraditórios presentes nessa resistência? O corpo negro feminino, no Brasil, em determinados momentos históricos, fez-se representar de determinadas maneiras, formando, assim, um imaginário que se faz presente, de modo próprio, nas pinturas de Ana. Lélia Gonzalez (1984) pioneira nos estudos sobre cultura negra no Brasil, discute, analisa como esse corpo da mulher negra vem sendo significado historicamente: como “mãe preta”, “mulata” e “doméstica”. A “mãe preta” se constitui como o contraponto dócil, maternal e domesticado à escravizada imoral que significa a “mulata” enquanto representação de objeto sexual, super sexualizado, objeto de desejo, que ganha sua máxima evidência nos desfiles de Carnaval. A “doméstica”, outra representação decorrente das mudanças sociais e trabalhistas do século passado, um deslizamento, é aquele corpo invisível, entre a mulata e a mãe preta que trabalha em nossas casas. Corpos feminino negros expostos ao comércio como um objeto, uma mercadoria em que a visibilidade se marca por um continuum entre ausência-presença na cenografia social.

As três representações que Gonzales trabalha vão ao encontro do que Ferrari & Neckel (2015) afirmam sobre o corpo na arte. Elas dizem que o corpo na arte é atravessado pela história, pela memória e pela ideologia: ele tem uma materialidade em que se textualizam as lutas de classes e de gênero: o corpo feminino em uma relação

constitutiva e de contradição, um corpo testemunhal, um corpo-poético-político (NECKEL, 2021). O que testemunham os corpos de Ana?

Chama nossa atenção a ausência de um rosto em suas pinturas, o anonimato, embora sejam autorretratos: os rostos não estão à mostra. O autorretrato como ponto da formulação visual é atravessado pelo interdiscurso produzindo um efeito de falta: o rosto. O corpo aparece como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas circunstâncias, sua historicidade e a cultura que o constituem, um corpo-sujeito. E por isso destacamos os modos contraditórios como as diferentes memórias são mobilizadas para articulação e integração entre esse corpo negro, esse corpo feminino, esse corpo pobre, esse corpo superdotado, mas também um corpo-objeto aportando sintomas simultaneamente (FERREIRA, 2013). O corpo de costas ou de lado, o anonimato, também parece nos dizer que não importa a identificação dessa mulher, carregando um coração nas costas. Corpos e frases inconclusos. Produz-se a remissão para dentro dos limites marcados pelo enquadramento da imagem por não estar de frente. Apontam para um encadeamento não formulado, desconhecido, apagado, de costas, à margem, negado, censurado. São corpos num percurso de rupturas e repetições, em que o mesmo e o diferente tensionam a memória, em intervalos entre o presente e o passado, o jovem e o velho, entre o preto e o branco. Courtine; Marandin ([1983] /2016) concebem uma dupla modalidade de repetição - horizontal e vertical -, considerando um discurso formulado no aqui e agora de uma conjuntura.

[...] o retorno do mesmo, mas que, justamente pelo fato de retornar em um outro lugar e um outro tempo, é outro (a repetição é ela mesma a ínfima diferença que permite seu reconhecimento e seu esquecimento), a ruptura da identidade do que retorna, disseminada, no que a repete, a insistência do que se repete relacionada ao desconhecimento da “causa” dessa repetição, a suspeita de que essa “causa” esteja ligada a uma perda, uma “falha” irremediável (não há um acontecimento, um texto originário que se repetiria (COURTINE; MARANDIN, 2016, p. 46 – grifos dos autores).

Lembremos, também que o espaço urbano guarda e arquiva histórias. A cidade do Paranoá também guarda em suas linhas e fronteiras a exclusão e a desigualdade. “Entre memória e esquecimento, presença e ausência, a vida dos sujeitos se entrelaça com a vida da cidade. Corpo urbano e corpo sujeito se embaraçam”. (FERRAÇA 2019, p.13)

As imagens e textos aqui apresentados, representam uma posição sujeito atravessada por dizeres sociais, políticos e pedagógicos sobre escolarização, escravidão, sexismo, (des)igualdade de um país colonizado e escravocrata. Ana não chegou a protagonizar essa posição sozinha e nem só nesse momento histórico. As marcas das diferenças e das desigualdades são enraizadas historicamente, elas têm história e fazem marcas no sujeito. Entre os autorretratos de Ana evidenciamos um encontro e um desencontro com a sua autoimagem, uma ruptura e uma repetição com sua cor de pele e de cabelo, um recuo de e uma entrega em ser uma jovem negra: presente e passado em movimento: uma adolescência vivida em meio a contradições.

Na figura 4, pintura e texto apontam para conflitos e contradições: “Eu quero que minha marca seja o desenho de pessoas na cor branca. Na verdade, quero marcar a ausência de cor. Não quero reforçar estereótipos e afirmar que a junção de todas as cores é o branco. Então a pessoa pode ser da cor que quiser...” (ANA, 2018, grifo nosso). O branco representa a ausência de cor ou a junção de todas as cores? É uma questão de escolha? Individual? Social? Um sujeito que pode tudo? A memória do processo histórico de miscigenação e branqueamento da sociedade brasileira é trazido à tona. Com o termo

“colorismo”, Devulsky (2021) trata da história da mestiçagem no Brasil e chama nossa atenção para o que considera uma ideologia que hierarquiza as pessoas negras de acordo com o fenótipo que têm. Ao contrário do que se pode pensar, a paleta de cores marcada na pele do sujeito brasileiro não representa um paraíso racial, uma diferença vivenciada sem tensão no cotidiano brasileiro, senão revela os preconceitos raciais construídos e retroalimentados historicamente e, ainda, elabora novas formas de discriminação, assentes nos mais diversos critérios. Nesse sentido o colorismo, surge como um tipo de discriminação baseado na cor da pele onde, quanto mais escura a tonalidade da pele de uma pessoa, maior as suas chances de sofrer exclusão social.

O encadeamento dos significantes e a ancoragem da Figura 4 e o texto 2 retomam o interdiscurso, passam também pela tensão entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo (a repetição) e o diferente (a polissemia). Assim, Ana ao pintar o corpo de branco e dizer que sua marca será a pintura de pessoas brancas, para que seus dizeres façam sentido, precisa retomar o que já foi dito e instaurar algo novo. Nesse processo de formular e fazer circular sentidos, encontramos o sujeito imerso na trama da linguagem, do discurso, um sujeito que luta para ocupar posições na disputa desses mesmos sentidos: um sujeito em busca de autoria, de identidade.

No livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, Franz Fanon (2008) trata do conhecimento do corpo negro pelo próprio corpo negro como inevitavelmente afetado por uma terceira pessoa. Ele diz:

No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas (FANON, 2008, p. 104).

As incertezas em relação a esse corpo, produzem indecisões, ilusões de que podemos ser da cor que quisermos, de que somos todos iguais perante a lei. Para Fanon, a exigência de ser indiferente à cor significava dar suporte a uma cor específica: o branco. O que é um problema muito importante pois: “Pretendemos, nada mais nada menos, liberar o homem de cor de si próprio” (p.26) e segue concluindo que por “mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco” (p.28). Problema complexo que não pode ser compreendido em termos de pares opositivos: dominador X dominados. Os corpos como objetos ideológicos funcionam como unidades divididas, têm como diz Pêcheux (2011, p. 97) “uma estranha propriedade de serem ao mesmo tempo *idêntico e antagônicos entre si*” ao tratar das relações de produção da perspectiva marxista, lembrando-nos de uma “multiplicidade de resistências e revoltas heterogêneas que se entocam na ideologia dominante, ameaçando-a constantemente” (p. 96).

E o que dizer das cores de fundo das imagens 1, 3 e 4, o verde e o amarelo? Materializando o nacionalismo brasileiro? Talvez. O sentido cidadão de pertencer a um país, que se diz democrático, onde domina, ainda, imaginariamente, um discurso de harmonia entre as raças, sem necessidade de lutas por melhores condições sociais e econômicas das classes inferiores? Quem sabe...

O objeto de arte, como discurso, opera sempre em um espaço de ressignificação, o que já nos remete a outros dizeres possíveis. A consistência histórica e ideológica do Discurso Artístico vem justamente dos gestos de interpretação. Escutamos as vozes de Ana imergindo nessa trama da linguagem verbal e não-verbal, revelando os conflitos e as contradições de nossa sociedade que impactam na constituição de sua subjetividade: branco X negro, ausência de cor X todas as cores, corpo X alma, pureza X sensualidade,

igualdade X diferença, liberdade X escravidão, cabelo ruim X cabelo bom. A repetição reproduz e desloca sentidos. A materialidade significativa se movimenta entre a negação da identidade através do branqueamento da pele, do esconder o rosto e, ao mesmo tempo, na afirmação da centralidade do cabelo pintado de negro ou não.

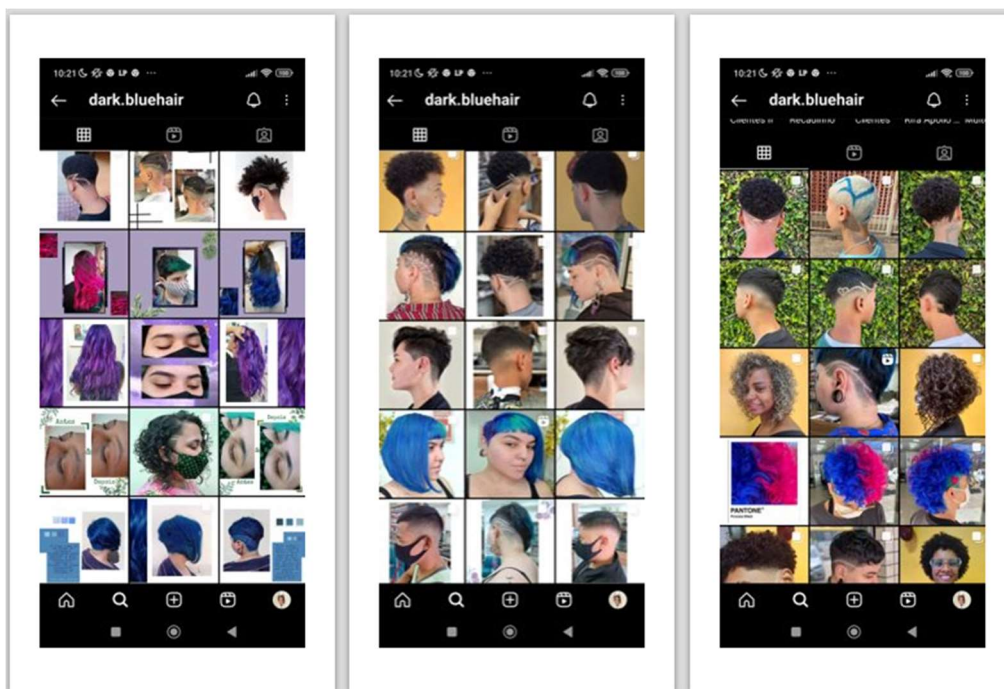
É preciso finalizar

Não temos nas pinturas de Ana, como já dissemos, uma mera repetição de corpos, formas, cores. O repetível é uma das dimensões da historicidade dos discursos e revela diferentes modos como o sujeito se relaciona com o imaginário, o simbólico, o político, com a memória, em que o mesmo e o diferente, a paráfrase e a polissemia jogam, adquirindo sua estabilidade referencial (SILVA 2016). Essas pinturas não podem ser contidas nos limites de um “quadrado”: transbordam, derrubam cercas, pontes, espriam-se pelos verdes de Brasília.

Ao finalizar o ensino médio no Paranoá, em 2018, Ana não entrou em um curso universitário e, sim, profissionalizou-se em um curso de cabeleireiro. O processo de escolarização falhou com Ana? Será que não estamos frente a outras formas de resistência, de luta, que se fazem no cotidiano dessa juventude negra que encontra outros modos de estar na sociedade, de exercer seus direitos, sua cidadania, de estabelecer novos laços de pertencimento?

Em 2023, encontramos em sua rede social imagens que representam seu momento atual. O resultado de sua arte, que agora não está em tela, mas na cabeça e nos cabelos de jovens da periferia do Paranoá e de outras Cidades Satélites e mesmo do Plano Piloto. As fotos da Figura que se segue, são de jovens, homens e mulheres, de todas as paletas de cores de pele com cabelos lisos, crespos, curtos e longos; negros, branco, azul, roxo, rosa: criações de Ana em um salão de beleza (ou estúdio como ela nominou), construído na garagem de sua própria casa.

Mais do que a cor da pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período da escravização. Uma vez escravizadas/os, a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade e não-civilização. O cabelo africano foi então classificado como “cabelo ruim”. [...] Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante da consciência política entre africanas/os e africanas/os da diáspora. Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou “black” e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e protesto contra a opressão racial. Em outras palavras, eles revelam como negociamos políticas de identidade e racismo – pergunte a Angela Davis. (KILOMBA, 2019, p. 127)

Figura 4 - Dark. Bluehair Dark's Studio Natural Beauty

Fonte: Instagram:@dark.bluehair. Retirada em 06/08/2023

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Fabiola Gomide; IBÁÑEZ, Alba García. Meninas negras em programas para educação de superdotados: uma revisão de literatura. In: Revista Iberoamericana de Educación, 89(1), OEI, 2022: 127-145.

BRASIL. Anuário Geográfico do Brasil – 1953. Rio de Janeiro, IBGE, 1953. Disponível em <https://www.biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 7 nov. 2023.

BBC-BRASIL. Brasília 60 anos: como a realidade transformou a cidade idealizada por Lúcio Costa e Niemeyer. Brasil, 2020. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/resources/idt-143f8aa4-dbeb-4f4d-86a8-eeb3b0ac7191 Acesso em: 7 nov. 2023.

CLARK, K. The nude: a study in ideal form. Nova Jersey: Princeton University Press, 1956.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a análise de discurso? Trad. Maria Onice Payer. In: CONEIN, Bernard et al. (Orgs.). Materialidades discursivas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016, 33-54. Edição original: 1983.

DISTRITO FEDERAL. PDAD: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. DF:CODEPLAN, 2018. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/pdad2018>. Acesso em 30.10. 2023.

DEVULSKY, A. Colorismo. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008.



- FERRAÇA, M. "(R)esistir" no Jardim Itatinga: laços entre sujeitos e espaço urbano, Tese de doutorado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2019.
- FERRARI, Ana Josefina; NECKEL, Nádia Régia Maffi. *Corpos atravessados: opacidades histórico-midiáticas*. In: FLORES, Giovanna Benedetto, et al. (Orgs.) *Análise de Discurso em Rede. Cultura e Mídia*, 3, Campinas, SP: Pontes, 2017: 219-234.
- FERREIRA, M. C. Leandro. O corpo como materialidade discursiva. In: REDISCO, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, 2013: 77-82.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Lígia M. Pondé Vassallo. Petropolis: Vozes, 1984. Edição original: 1975.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, 223-244.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. Edição original: 2012.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro Editora Cobogó, 2019.
- LARA, Henrique. *Brasília, uma cidade centenária*. In: *Texto para Discussão, Brasília: CODEPLAN*, 2016.
- MODESTO, R. Os discursos racializados. In: *Revista da ABRALIN*, [S. l], 20,(2),2021: 1-19. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1851>
- Acesso em: 7.11.2023.
- NASCIMENTO, G. X. D. C. The dangers of white blacks: mulatto culture, class, and eugenic beauty in the post-emancipation (USA, 1900-1920). In: *Revista Brasileira de História*, 35 (69). São Paulo, 2015: 155-176.
- NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: *Tempo social*, 19, São Paulo, 2007: 287-308.
- NECKEL, Nádia R. Maffi. *Tessitura e tecedura: Movimentos de compreensão do discurso artístico no audiovisual*. Tese de doutorado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2010.
- NECKEL, Nádia R. Maffi. *Corpos ausentes: a arte como “alavanca” do luto negado*. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 63. Campinas, SP: IEL, 2021: 1-15.
- NECKEL, Nádia R. Maffi. *Com-Textura de corpos na vídeo-performance contemporânea*. In: *VI Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre, 2015: 275-288.
- NECKEL, Nádia R. Maffi; GALLO, Solange M. Leda. *Corpo-imagem na escritorialidade: formas de individualização*. In: SCHERER et al. (Orgs). *Linguística de Nosso Tempo: Teorias e Práticas*. Santa Maria, RS: UFSM, 2020:
- ORLANDI, Eni P. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

- ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni P. Ética e política linguística. In: *Línguas e instrumentos linguísticos*, nº 1. Campinas, SP: Pontes, jan./jun. 1998: 7-18.
- ORLANDI, Eni P. Artefato, Metaforização e Ciências Humanas. In: DIAS, Cristiane Pereira et al. (Orgs.) *Artefatos de Leitura*, Campinas, SP: Labeurb/Unicamp, 2020: 19–38.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas, SP: Unicamp, 1988. Edição original:1975.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990b. Edição original:1983.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. Trad. Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Unicamp, 1990a. p. 61-161. Edição original: 1969.
- PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. In: ACHARD, Pierre et al. (Orgs.). *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999: 49-58. Edição original:1983.
- PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. *A língua inatingível*. Trad. Sérgio Augusto F. de Souza. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes, 2011: 93-105.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Trad. Angela M. S. Corrêa; 2ª ed.; 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.
- SILVA, Mariza Vieira da. *Cartilhas: uma representação do Português como língua nacional*. In: ASSUNÇÃO, Carlos et al. *Tradition and Innovation in the History of Linguistics*. Münster: Nodus Publikationen, 2016: 338-346.
- STEINGBERGER, Marília. *Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto nacional e regional*. In: PAVIANNI, Aldo. *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Ed. UnB, 1999. 23-54.
- TAMANINI, L. Fernando. *Brasília: memória da construção*. Brasília: Projeto Editorial, 2003. Disponível em <http://doc.brazilia.jor.br/> Acesso em 30.10.2023.

Recebido em: outubro de 2023.
Aprovado em: dezembro de 2023.

Como citar este trabalho:

SILVA, M. V. da; CARVALHO, F. G. B. Cada um no seu “quadrado”: entre o simbólico, o político, o psicológico. **Traços de Linguagem**, v.7, n. 2, 11-25, 2023.